GENDER AND TRADE COALITION

POLICY BRIEF

O Acordo de Livre Comércio UE-Mercosul

UMA ANÁLISE FEMINISTA



PRODUZIDO POR

PSI

WIDE+

A **Coalizão de Gênero e Comércio** (Gender and Trade Coalition em inglês) foi criada em 2018 por ativistas feministas e progressistas para apresentar análises feministas sobre o comércio e defender políticas comerciais equitativas.

Esta publicação é a primeira de uma série de policy briefs que examinam acordos comerciais-chave sob uma perspectiva feminista, com o objetivo de tornar os impactos desses acordos compreensíveis para um público amplo. Foi escrita por Tania Martínez Portugal (WIDE+), Edmé Dominguez R. (WIDE+) e Isabela Callegari (Public Services International). Graciela Rodriguez (Instituto Equit/REBRIP) contribuiu com comentários úteis. Erica Levenson (Regions Refocus) revisou o texto para publicação. Mariana Silvério (Regions Refocus) desenhou e formatou essa publicação, assim como a traduziu do inglês para três idiomas.

Citação: Martínez Portugal, Tania, Edmé Dominguez R. e Isabela Callegari. 2026. "O Acordo de Livre Comércio UE-Mercosul: Uma Análise Feminista". Série de Policy Briefs da Coalizão de Gênero e Comércio. WIDE+ e PSI.

Junte-se a nós em bit.ly/JoinGenderTrade

contact@gendertradecoalition.org

@GenderandTrade

gendertradecoalition.org

© 2026 Gender and Trade Coalition

INTRODUÇÃO

A ordem multilateral, com todas as suas desigualdades, enfrenta ameaças fundamentais. O comércio internacional, em particular, tem sido turbulento, impulsionado por políticas cada vez mais coercitivas e conflituosas implementadas pelos Estados Unidos (EUA) desde que Donald Trump retornou ao poder em 2025. Muitos países desenvolvidos estão retomando o protecionismo para garantir seus próprios interesses nacionais, revivendo suas estratégias de desenvolvimento industrial do século passado. Esse renascimento expõe uma das injustiças comerciais mais antigas: somente depois de consolidar seu próprio poderio industrial, os países agora desenvolvidos adotaram a retórica do livre comércio e a impuseram como diretriz obrigatória às economias mais vulneráveis do mundo.[1] A Europa também fortaleceu sua estratégia de protecionismo, expansão geopolítica e projeção externa, em resposta às crescentes tensões e à competição estratégica com os EUA, mesmo permanecendo uma aliada transatlântica próxima. As posições recentes adotadas tanto pela União Europeia (UE) quanto pelos Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio (OMC) refletem uma crescente preferência pela tomada de decisões plurilaterais em detrimento das multilaterais,[2] e o abandono gradual das normas que sustentam as regras e instituições multilaterais existentes. Nesse contexto, a importância da próxima fase do acordo de livre comércio entre os países da UE e do Mercosul, que esteve em negociação por muito tempo, vai bem além dos 740 milhões de pessoas que vivem nos dois blocos regionais e dos aproximadamente € 110 bilhões em fluxos comerciais anuais. Ela representa uma tentativa de reorganizar as relações de poder estabelecidas no capitalismo global, em um momento em que o próprio sistema que produziu essas relações está entrando em um período de profunda crise.

O ACORDO UE-MERCOSUL: UM BREVE HISTÓRICO

As negociações iniciais do Acordo UE-Mercosul começaram em 2000 e foram retomadas intermitentemente diversas vezes, sendo sempre interrompidas devido a divergências políticas. O Acordo enfrentou forte oposição de movimentos sociais

e de uma ampla gama de atores agrícolas em ambas as regiões, criando uma convergência incomum entre setores políticos da esquerda e da extrema-direita, que reacendeu muitas das preocupações que travaram as negociações durante a década de 1990. Dentro da UE, os governos envolvidos nas negociações foram amplamente criticados por seu desrespeito aos direitos humanos e à legislação ambiental. Na América do Sul, por sua vez, o Acordo encontrou um longo histórico de resistência popular às políticas de livre comércio e seus impactos sociais e ambientais. Como resultado dessa resistência social persistente, o Acordo ficou efetivamente paralisado por quase duas décadas.

Em 2019, após uma longa pausa, as negociações foram retomadas, impulsionadas pelos governos de direita de Mauricio Macri, na Argentina, e Jair Bolsonaro, no Brasil, com o apoio do Paraguai e do Uruguai. Contudo, o processo de ratificação permaneceu paralisado até 2024, quando Luiz Inácio Lula da Silva retornou à presidência do Brasil. Como membro mais influente do Mercosul e com um novo governo progressista, o Brasil adotou uma estratégia ativa voltada à renegociação de cláusulas específicas do Acordo, particularmente aquelas referentes a direitos de propriedade intelectual, compras públicas e uma série de salvaguardas destinadas a proteger os setores produtivos do Mercosul e a capacidade da região de avançar em sua reindustrialização. O objetivo de Lula era garantir um acordo menos prejudicial para a região, incluindo disposições e salvaguardas mais favoráveis, preservando a coesão do Mercosul em um contexto de crescente fragmentação política. Essa estratégia se desenrolou em um momento em que o Acordo já não tinha o mesmo peso social como foco de resistência, pois múltiplas crises sobrepostas e mais imediatas haviam passado a ocupar o centro das agendas dos movimentos sociais, enquanto o próprio Mercosul se via cada vez mais pressionado pela coexistência de governos progressistas e de extrema-direita. Enquanto isso, as principais economias industriais e exportadoras de serviços da UE dinamizaram as negociações dentro do bloco europeu.

O Acordo foi assinado no início de janeiro de 2026 pela presidência da Comissão Europeia e, posteriormente, submetido ao Conselho da União Europeia, onde

cada Estado-membro detém um voto. Em resposta à pressão de agricultores e agricultoras, assim como de diversos grupos parlamentares, o bloco europeu conseguiu, de última hora, garantir uma série de medidas de salvaguarda e acordos de cotas para os setores agrícolas de vários de seus países. Essas concessões, contudo, não conseguiram aplacar a oposição pública na Europa. Além disso, o fato de o Mercosul não ter obtido concessões semelhantes em contrapartida cristaliza a natureza hierárquica do Acordo e evidencia a assimetria de poder entre os dois blocos regionais. A finalização do Acordo pelo Mercosul em janeiro de 2026 — apesar da contínua oposição de movimentos sociais e da sociedade civil — deve ser entendida como parte de um esforço mais amplo do Brasil para preservar o bloco diante das repetidas ameaças do presidente Javier Milei de retirar a Argentina do mesmo. Em última análise, priorizou-se a manutenção de um projeto de integração regional que levou mais de três décadas para ser construído, mesmo com todas as suas contradições. Os protestos contínuos na Europa levaram uma pequena maioria no Parlamento Europeu a exigir que o Acordo fosse revisto pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, um processo que poderia atrasar a sua plena implementação em até dois anos. Nesse ínterim, a Comissão Europeia acionou o mecanismo de aplicação provisória, permitindo que o Acordo passasse a ser aplicado assim que fosse ratificado por pelo menos um membro do Mercosul.

Após vinte e cinco anos de negociações e resistência persistente de movimentos sociais na Europa e na América Latina, o Acordo UE-Mercosul entrou em aplicação provisória em 1 de maio de 2026. Em meados de julho de 2026, pouco mais de dois meses após sua aplicação provisória, todos os países do Mercosul já haviam concluído o processo de ratificação. Nos termos do Acordo, quase todas as tarifas e barreiras comerciais serão eliminadas em ambos os blocos regionais. Reforçando as assimetrias estruturais entre e dentro dos dois blocos regionais, o principal impacto do Acordo será o fortalecimento das corporações industriais e das empresas exportadoras de serviços da Europa e do seu acesso a minerais críticos provenientes dos países do Mercosul, em troca de um pequeno nicho do setor do agronegócio do Mercosul obter maior acesso ao mercado da UE. Os efeitos de tal acordo prometem concentrar ainda mais o poder, à custa do aprofundamento das desigualdades tanto dentro quanto entre os países do Norte e do Sul globais.

De uma perspectiva feminista, os impactos do Acordo UE-Mercosul não podem ser dissociados do contexto mais amplo do conflito capital-vida: ele reforça as dinâmicas de acumulação de capital que esgotaram os recursos comuns, degradaram os ecossistemas e, historicamente, tornaram invisíveis e externalizaram os custos da manutenção da vida. Esses custos continuam a recair desproporcionalmente sobre as pessoas em situação de pobreza, quem vive da agricultura familiar, as comunidades indígenas e as mulheres, particularmente aquelas que enfrentam maior vulnerabilidade estrutural. Nesse contexto, a aplicação do Acordo UE-Mercosul reacende o debate fundamental sobre quem determina as regras do comércio e em que medida os benefícios econômicos setoriais são priorizados em detrimento da justiça social e ambiental, demonstrando, mais uma vez, como a teoria liberal ricardiana da vantagem comparativa pode servir para reproduzir e consolidar as hierarquias existentes, em vez de superá-las.

UMA PERSPECTIVA DO MERCOSUL

Os países em desenvolvimento do Sul Global enfrentam múltiplas ameaças. Estas incluem intervenção militar direta, manipulação econômica por meio de medidas unilaterais e combinações de ambas as formas de violência, como visto recentemente em Cuba e na Venezuela. O comércio internacional facilitou e financiou o genocídio em curso na Palestina, as agressões ilegais no Irã com o objetivo de garantir o controle da produção de petróleo e dos corredores marítimos, e a violência generalizada e o roubo de terras de comunidades indígenas. A intensificação da corrida global por recursos energéticos, combinada com a crescente instabilidade geopolítica, está, por um lado, provocando novas formas de intervenção imperial no Sul Global e, por outro, consolidando a corrida para a assinatura de tratados bilaterais. Sob tamanha pressão, os países em desenvolvimento são frequentemente forçados a aceitar acordos que reforçam ainda mais suas posições de subordinação.

O que é ainda mais preocupante é que acordos comerciais abusivos também estão sendo voluntariamente aceitos por um número crescente de governos de esquerda

e de direita no Sul Global. No Mercosul, diversos governos de extrema-direita (incluindo aqueles que se identificam como libertários ou "anarcocapitalistas") têm promovido agressivamente o livre comércio e a desregulamentação. A Argentina, sob o governo do presidente de extrema-direita Javier Milei, assinou um acordo bilateral com os EUA que é potencialmente ainda mais abrangente do que o Acordo UE-Mercosul, cobrindo áreas econômicas essenciais como investimento, regulamentação digital, padrões técnicos e matérias-primas críticas. Da mesma forma, o Equador, sob o governo do presidente de extrema-direita Daniel Noboa, assinou recentemente um acordo bilateral com os EUA, pelo qual o pequeno país latino-americano se comprometeu a liberalizar completamente sua economia e a remover as salvaguardas existentes para a pequena produção, com pouca consideração por sua soberania nacional. Ao mesmo tempo, tanto o Equador quanto o Paraguai permitem uma presença militar expandida dos EUA em seus territórios sob o pretexto de cooperação no combate ao narcotráfico. Mesmo governos de esquerda e setores mais tradicionais dos movimentos sociais, pressionados por múltiplas ameaças externas e sujeitos a intensas pressões políticas e econômicas internas, têm demonstrado uma tendência crescente a abandonar sua oposição histórica aos acordos de livre comércio. Em vez de rejeitar esses tratados por completo, eles agora parecem se concentrar na negociação de disposições individuais e cláusulas de salvaguarda. É o caso do Brasil.

O papel do governo brasileiro em fazer avançar o Acordo UE-Mercosul reflete não apenas pressões geopolíticas mais amplas, mas também as alianças políticas do presidente Lula com influentes interesses corporativos, incluindo o agronegócio e as multinacionais, em consonância com a estratégia de conciliação de classes de seu governo. A posição brasileira causou uma cisão nos movimentos sociais do país. Uma grande parcela da esquerda política optou por apoiar o governo brasileiro — ao qual historicamente tem dado apoio — e ignorar as críticas ao Acordo. Isso também reflete a relativa despriorização do comércio como pauta entre os movimentos sociais do país. Muitos deixaram de questionar o Acordo como um todo, interpretando-o, em vez disso, como um sucesso de negociação, ou mesmo como um passo positivo rumo à integração regional em um contexto internacional caracterizado pela erosão progressiva do multilateralismo. Embora essa cisão

tenha dificultado a formação de uma oposição organizada entre os movimentos de esquerda, vozes críticas continuaram a alertar que o Acordo representava uma séria ameaça às perspectivas de reindustrialização do Mercosul. No entanto, esse não foi o caso em outros países do bloco sul-americano: os movimentos sociais argentinos e paraguaios que se opõem aos seus respectivos governos mantiveram uma oposição inequívoca ao Acordo.

O Acordo UE-Mercosul consolida a posição subordinada dos países do Mercosul no comércio global e na divisão internacional do trabalho, enfraquecendo as perspectivas de desenvolvimento social e modernização industrial. As disposições do Acordo restringem a capacidade dos países do Mercosul de implementar suas próprias políticas industriais, impor impostos sobre exportações e fomentar o desenvolvimento de cadeias de valor nacionais, minando efetivamente sua soberania econômica. O Acordo visa particularmente o setor de mineração, facilitando o investimento estrangeiro e incentivando a extração desenfreada de recursos naturais finitos nos países do Mercosul, independentemente dos impactos sociais e ambientais que essa extração acarreta. A imposição de restrições legítimas às atividades de mineração pelos países do Mercosul, seja por razões sociais e ecológicas ou para salvaguardar a soberania nacional, pode ser limitada pelas normas de comércio e investimento estabelecidas no Acordo, ainda que o texto mencione vagamente compromissos de sustentabilidade.

Da mesma forma, espera-se que a expansão e a consolidação do setor agroindustrial do Mercosul ameacem ainda mais a agricultura familiar em ambos os blocos, exacerbando os já graves impactos ecológicos e sociais associados à agricultura industrial em larga escala. Projeta-se que as emissões de dióxido de carbono (CO_2) do Brasil aumentem 29,41%[3], com efeitos adicionais esperados que incluem o desmatamento e uma maior emissão de metano e outros gases de efeito estufa — fatores que, por sua vez, geram impactos sobre a terra e sobre a questão mais ampla da soberania alimentar. Como era de se esperar, os poderosos interesses do agronegócio no Mercosul (e, particularmente, no Brasil) apoiaram o Acordo, sem considerar os impactos não econômicos.

Tal como acontece com outros acordos de livre comércio, os grupos mais afetados pelo Acordo UE-Mercosul nos países do Mercosul serão as mulheres trabalhadoras, camponesas e indígenas, cujos interesses se opõem diretamente aos das grandes empresas do agronegócio favorecidas pelo tratado. As mulheres têm desempenhado, há muito tempo, um papel central na proteção do meio ambiente e na conservação dos ecossistemas que provavelmente serão afetados por um acordo desta natureza. O exemplo mais óbvio é a ameaça à floresta amazônica, mas riscos semelhantes se estendem a inúmeras áreas agrícolas dedicadas à produção para o mercado interno e aos mercados alimentares locais. Esses territórios estão sistematicamente sob risco devido à expansão da agricultura industrial e da mineração em larga escala. Ao mesmo tempo, os países do Mercosul enfrentam o declínio da capacidade industrial, a perda de empregos e a deterioração dos salários. Cada um desses fatores contribui para um empobrecimento social mais amplo, ao mesmo tempo que afeta, de maneira desproporcional, quem se encontra nas posições mais precárias dentro dos mercados de trabalho — em grande parte, mulheres.[4]

UMA PERSPECTIVA DA EUROPA

Após décadas de cortes no sistema de bem-estar social que alimentaram um crescente descontentamento interno, pressões impostas pela guerra comercial de Trump e o declínio de setores industriais outrora dominantes (particularmente o automotivo e o farmacêutico), a Europa encontra-se em um ponto de inflexão. Uma base crescente de movimentos sociais exige proteção contra novas privatizações, assim como a reestatização de serviços públicos essenciais, o fim das medidas de austeridade e, de forma mais ampla, maior regulamentação estatal para conter os abusos do capital especulativo. A Europa percebe-se, cada vez mais, como estando relegada a um segundo plano na ordem internacional e tem procurado preservar o seu prestígio e status por meio de uma ênfase renovada em acordos comerciais bilaterais com países em desenvolvimento. Isso explica a atualização, em 2025, do acordo da UE com o Chile, o progresso das prolongadas negociações com a Índia,

a modernização do acordo da UE com o México no início de 2026 e, sobretudo, a renovada urgência em torno do Acordo UE-Mercosul, que levou à sua aplicação provisória.

Acima de tudo, o Acordo UE-Mercosul atende às necessidades da Europa tanto na importação de matérias-primas quanto na exportação de produtos industriais. Ele é parte integrante da estratégia europeia para garantir o acesso a matérias-primas e minerais críticos, conforme refletido na Lei de Matérias-Primas Críticas de 2024.[5] Essa lei estabelece explicitamente que a Europa precisa assegurar o seu suprimento de matérias-primas em geral, bem como o acesso a "matérias-primas críticas" — categoria que abrange insumos essenciais para a energia renovável, a agricultura e a produção tecnológica. A Lei de Matérias-Primas Críticas é particularmente relevante para a segurança energética europeia: a guerra na Ucrânia e as sanções em curso impostas à Rússia aumentaram drasticamente a urgência de diversificar o fornecimento de energia da região. Em resposta, a Europa tem se empenhado em reduzir a dependência energética, expandindo os acordos comerciais e de investimento com regiões ricas em recursos. Além disso, as indústrias automotiva e farmacêutica europeias — que enfrentam um declínio —, bem como outros setores de alta tecnologia, precisam se expandir para novos mercados a fim de manter a sua competitividade e capacidade de inovação. Em última análise, essas necessidades — somadas às pressões geopolíticas — acabam por superar as barreiras tradicionais impostas pelas políticas agrícolas protecionistas da UE e pela resistência interna dos Estados-membros com poderosos grupos de lobby agrícola.

O setor agrícola europeu, que tem sido uma das principais forças de oposição e atraso na ratificação do Acordo, está longe de ser homogêneo. De um lado, estão os grandes produtores, as cooperativas agrícolas e os grupos de pressão do setor agrícola que defendem um modelo industrial de agricultura. Essas organizações gozam da maior representação na Comissão Europeia e recebem financiamento público para participar da COPA-COGECA, a principal organização que representa os agricultores e as cooperativas agrícolas europeias. Do outro lado, estão os pequenos e médios agricultores, para quem o Acordo representa uma ameaça

direta aos seus meios de subsistência. Cerca de cinco milhões de propriedades agrícolas desapareceram na Europa na última década,[6] e o Acordo tende a perpetuar essa tendência. Com a entrada de importações agrícolas provenientes do Mercosul — que serão vendidas a preços muito mais baixos, devido aos seus custos de produção reduzidos — a agricultura europeia de pequena e média escala, em particular, ficará em desvantagem competitiva. Portanto, o Acordo ameaça o direito dos povos de definir suas próprias políticas sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos. A liberdade de priorizar a produção local e o acesso à terra é restringida, assim como a possibilidade de escolha e as preferências por alimentos saudáveis e culturalmente adequados.[7] Ironicamente, trata-se exatamente do mesmo fenômeno que marginalizou a agricultura familiar e comprometeu a soberania alimentar em muitos países em desenvolvimento, impulsionado pela entrada maciça de produtos agrícolas industriais de países desenvolvidos — em particular, da Europa.

Tanto a maioria social-democrata quanto a liberal-conservadora na Europa tentaram justificar o Acordo por meio de indicadores macroeconômicos. Citaram um aumento projetado no volume de exportações, economias decorrentes da eliminação de tarifas, criação de empregos e ganhos correspondentes no PIB. No entanto, mesmo nas projeções mais otimistas, esses ganhos permanecem muito modestos. Por exemplo, na Espanha — um dos países que, espera-se, mais se beneficiará do Acordo — o crescimento do PIB a longo prazo é estimado em apenas 0,23%.[8] Isso evidencia as contradições na abordagem europeia em relação à política comercial: os setores industrial e tecnológico têm sido privilegiados durante décadas, enquanto o setor primário tem sido marginalizado. O Acordo também representa uma grande contradição na política climática europeia: como mencionado, as avaliações de impacto realizadas até o momento projetam que o Acordo levará a um aumento nas emissões atmosféricas de CO_2, sendo a UE a principal responsável, respondendo por quase 60%.[9] Isso contraria os compromissos legislativos da UE em matéria climática e várias de suas principais estratégias ambientais, incluindo o Pacto Ecológico Europeu, a Estratégia “Do Prado ao Prato” e a Lei de Restauração da Natureza, que buscam restaurar ecossistemas e colocar a sustentabilidade ambiental no suposto centro da formulação de políticas europeias.

Em meio a essas contradições e na ausência de um projeto político europeu forte e coerente, movimentos e partidos de extrema-direita aproveitam a oportunidade para ampliar sua base social, capitalizando o crescente descontentamento.

Embora todos os acordos comerciais celebrados pela União Europeia incluam capítulos sobre desenvolvimento sustentável e direitos trabalhistas, essas disposições geralmente não são juridicamente vinculantes. Para monitorar a implementação dos acordos no que tange a esses capítulos, a UE criou Grupos Consultivos Internos (DAGs, na sigla em inglês), compostos por representantes da sociedade civil.[10] Na prática, contudo, a eficácia desses órgãos tem sido severamente limitada pela falta de recursos financeiros e institucionais. Mais importante ainda, os grupos representados nos DAGs frequentemente defendem interesses conflitantes. Representantes do setor empresarial, tanto do lado europeu quanto de países parceiros, muitas vezes apresentam posições que são fundamentalmente incompatíveis com as de sindicatos, organizações ambientais e representantes de grupos sociais afetados. Os comitês estabelecidos no âmbito do Mercosul também precisarão de tempo para se familiarizar com esses mecanismos institucionais antes de estarem aptos a realizar um monitoramento adequado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que o tão alardeado potencial de aumento do comércio decorrente do Acordo UE-Mercosul serve, primordialmente, aos interesses do setor agroindustrial do Mercosul, bem como de grandes corporações industriais e empresas exportadoras de serviços europeias, em detrimento da integridade ecológica e dos objetivos socioeconômicos. A prioridade máxima do Acordo é a consolidação de alianças estratégicas e a mera expansão dos mercados, ainda que isso implique a manutenção ou o agravamento de assimetrias históricas e o aumento da degradação ambiental. As assimetrias estruturais, tanto entre os dois blocos regionais quanto dentro deles, permanecem firmemente intactas. A lógica do capital continua a seguir a lei do mais forte, sem qualquer respeito pelas normas internacionais ou pela sustentabilidade da vida no planeta. O conflito entre capital

e vida manifesta-se, mais uma vez, com notável clareza no mundo contemporâneo — seja por meio da sua expressão mais explícita, as guerras em curso, ou por meio das formas menos visíveis de violência estrutural incorporadas em acordos profundamente desiguais. Esses acordos não se limitam a regular a troca de bens e serviços; em vez disso, institucionalizam assimetrias de poder que subordinam as necessidades sociais e ecológicas aos imperativos da acumulação de capital.



NOTAS

[1] Chang, Ha-Joon. 2002. Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective ("Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica"). Anthem Press.

[2] Gender and Trade Coalition. 2026. "GTC Statement to the World Trade Organisation MC14" ("Declaração da GTC à 14ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio").

[3] Latorre, María, Hidemichi Yonezawa e Zoryana Olekseyuk. 2021. El impacto económico del Acuerdo Unión Europea-Mercosur en España ("Impacto econômico do Acordo União Europeia-Mercosul na Espanha"). Ministério da Economia, Comércio e Negócios da Espanha.

[4] Dourado, Vanessa, Bettina Müller e Graciela Rodriguez. 2023. Impactos do acordo Mercosul–União Europeia sobre as mulheres: Precarização, perda de emprego, pobreza. PowerShift, REBRIP, ATTAC Argentina e Instituto Equit.

[5] Parlamento Europeu e Conselho da UE. 2024. Regulation (EU) 2024/1252 of the European Parliament and of the Council ("Regulamento (UE) 2024/1252 do Parlamento Europeu e do Conselho"). Documento 32024R1252.

[6] Eurostat. 2023. "EU farms: 5.3 million fewer in 2020 than in 2005" ("Propriedades agrícolas da UE: 5,3 milhões a menos em 2020 do que em 2005"). 3 de abril de 2023.

[7] Coordenação Europeia Via Campesina. 2026. "Los países de la UE dan luz verde al acuerdo de libre comercio entre la UE y el Mercosur: los agricultores ignorados y la democracia marginada" ("Os países da UE dão luz verde ao acordo de livre comércio entre a UE e o Mercosul: os agricultores ignorados e a democracia marginalizada"). Comunicado de imprensa.

[8] Latorre et al. 2021.

[9] Ibid.

[10] Comissão Europeia. s.d. "Domestic Advisory Groups" ("Grupos Consultivos Internos").